



XVIII Congresso Internacional de Custos
XXX Congresso Brasileiro de Custos

15 a 17 de novembro de 2023
Natal / RN / Brasil



A Influência da Contabilidade para a Governança Pública: Uma análise nas Universidades Públicas Federais

José Rafael Pereira Botelho (UFCA) - jose.botelho@ufca.edu.br

Milton Jarbas Rodrigues Chagas (UFCA) - milton.rodrigues@ufca.edu.br

Resumo:

No que se refere à governança nas Universidades Públicas Federais, pode-se afirmar que esse tema vem sendo abordado de forma crescente com o propósito de promover a utilização de boas práticas para corroborar com a atividade institucional dessa área temática. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto e a correlação entre a contabilidade e a governança pública das Universidades Públicas Federais. Para tanto, utilizou-se do questionário, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o intuito de compreender o nível de governança destas. Para análise e tabulação dos dados empregou-se o software R, utilizando-se da análise descritiva, correlação de Spearman e regressão linear simples, respectivamente, para compreender a dispersão dos dados em relação à média, o sentido e a força da correlação e o quanto do índice de governança pública é explicado pelo índice de governança orçamentária. Como resultado obteve-se que a correlação existente entre as variáveis é positiva e forte e, também, que o índice de governança orçamentária explica 78,5% do índice de governança pública de maneira que o valor médio do índice Governança orçamentária aumenta 0,1550 pontos tendo em vista um crescimento médio de 1 ponto no índice Governança orçamentária.

Palavras-chave: Governança pública, Contabilidade pública, Eficiência

Área temática: Custos aplicados ao setor público

A Influência da Contabilidade para a Governança Pública: Uma análise nas Universidades Públicas Federais

RESUMO

No que se refere à governança nas Universidades Públicas Federais, pode-se afirmar que esse tema vem sendo abordado de forma crescente com o propósito de promover a utilização de boas práticas para corroborar com a atividade institucional dessa área temática. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto e a correlação entre a contabilidade e a governança pública das Universidades Públicas Federais. Para tanto, utilizou-se do questionário, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o intuito de compreender o nível de governança destas. Para análise e tabulação dos dados empregou-se o software R, utilizando-se da análise descritiva, correlação de Spearman e regressão linear simples, respectivamente, para compreender a dispersão dos dados em relação à média, o sentido e a força da correlação e o quanto do índice de governança pública é explicado pelo índice de governança orçamentária. Como resultado obteve-se que a correlação existente entre as variáveis é positiva e forte e, também, que o índice de governança orçamentária explica 78,5% do índice de governança pública de maneira que o valor médio do índice Governança orçamentária aumenta 0,1550 pontos tendo em vista um crescimento médio de 1 ponto no índice Governança orçamentária.

Palavras-chave: Governança pública; Contabilidade pública; Eficiência

Área Temática: Custos Aplicados ao Setor Público.

1 INTRODUÇÃO

Progressivamente mais o corpo social tem exigido dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. Dessa forma, para o alcance de tais reivindicações faz-se necessário o gerenciamento da boa governança das organizações públicas, considerando que a governança, que abrange os procedimentos de liderança estratégia e controle corrobora com a eficiente alocação dos recursos públicos (TCU, 2014).

Não obstante, tendo em vista a importância da governança para a administração pública, a literatura apresenta seis elementos imprescindíveis para a prática da boa governança pública, sendo eles divididos em dois grandes grupos: qualidades pessoais de todos da instituição e resultado dos processos estipulados, no qual o primeiro deles contempla os fatores liderança, integridade e compromisso, enquanto o segundo abrange responsabilidade, integração e transparência (Barret, 2002; Marques, 2007).

Além do mais, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016) os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RPGs), que abrangem as demonstrações contábeis e notas explicativas, subsidiam os processos de tomada de decisão, prestação de contas e responsabilização, dados estes que possibilitam a identificação de informações, como por exemplo a performance da instituição durante o exercício, a liquidez, a solvência, dentre outras. Dessa maneira, a articulação da contabilidade empregando princípios, conceitos e normas no gerenciamento da arrecadação e do gasto público, em conjunto com a governança pública permite fornecer à população vasta clareza sobre a aplicação dos recursos públicos (Matias-Pereira, 2010).

As Universidades Públicas Federais são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações, as quais são vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), que pertencente à administração federal direta, estas apesar de usufruírem de autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial, de maneira inerente, estão sujeitas a leis em sentido amplo, e precisam estar em observância aos normativos que versam sobre ações de governança na administração pública (Marques

et al., 2020; Sales et al., 2020). Nesse sentido, tem-se o Decreto nº 9.203 de 2017 que trata sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelecendo princípios, diretrizes e norteando a sua implementação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão responsável pelo controle do governo federal e dá suporte ao Congresso Nacional em diversas dimensões, como por exemplo: no dever de monitorar a execução orçamentária e financeira do país, controle de legalidade, economicidade e corroborar com o melhoramento da Administração Pública em detrimento do bem-estar social. Dessa maneira, as universidades federais brasileiras estão sujeitas à avaliação do TCU em relação não somente aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, mas também as ações de governança no setor público.

O mais recente monitoramento realizado pelo TCU, o qual refere-se ao exercício de 2021, teve 378 instituições respondentes, na qual 63 destas são Universidade Públicas Federais (BRASIL, 2021b, 2021c). Como resultado obteve-se que, para o índice de governança pública (iGovPub) que mede a adoção dos procedimentos de liderança, estratégia e controle nas universidades federais, classificando-as em estágios inexpressivo, iniciante, intermediário e aprimorado, somente 17% atingiu o patamar de aprimorado, o que demonstra a necessidade de estudos que contribuam para o melhoramento da governança no âmbito das Universidades Públicas Federais.

No tocante aos estudos relacionados ao tema tratado por esta pesquisa, vê-se que vem sendo abordado de forma crescente nos últimos anos, sendo alvo de análises como da autora Pasquali (2021), o qual trata sobre governança pública e eficiência das universidades públicas brasileiras, objetivando compreender as práticas de governança pública para ampliar o rendimento e efetividade das atividades institucionais desenvolvidas nas universidades federais brasileiras.

A autora Belo (2022) propôs um estudo referente às implicações da governança pública para o gerenciamento da extensão no ambiente acadêmico propondo demonstrar a estrutura conceitual, as noções elementares, as discrepâncias e o encadeamento que a governança pública fomenta para a gestão das instituições de ensino superior.

Esta investigação constitui-se com o intuito de corroborar com as pesquisas já feitas, não apenas validando resultados já alcançados, mas também evidenciando o impacto proporcionado pela utilização de mecanismos de controle orçamentário, auditoria e controladoria que por sua vez são campos da ciência pertencentes a dimensão do conhecimento contábil, para o índice de governança pública.

Tendo em vista a necessidade da boa governança pública para corroborar com o aumento da racionalização dos gastos públicos, formulou-se a pergunta de pesquisa: qual o impacto das práticas contábeis para a governança pública das Universidades Públicas Federais?

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto e a correlação entre a contabilidade e a governança pública das Universidades Públicas Federais. Para tanto, três objetivos específicos foram traçados, são eles: i) identificar os principais procedimentos contábeis que auxiliam a governança pública; ii) descrever a necessidade da aplicação dos princípios e diretrizes da governança pública; e iii) investigar a existência de correlação e casualidade entre a adoção de técnicas contábeis e o melhoramento do índice de governança pública.

Do ponto de vista prático, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de contribuir para a compreensão e aplicação do tema Governança Pública organizacional nas Universidades Federais de Ensino Superior e, dessa forma, proporcionar o aumento e a preservação do valor que o Estado concede àqueles que o mantêm, por meio de técnicas de liderança, estratégia e controle, que permitirão aos tomadores de decisão de uma unidade pública e aqueles nela interessados avaliar sua conjuntura, direcionar sua atividade e acompanhar a sua performance (TCU, 2020).

Não obstante, na perspectiva acadêmica, este trabalho caracteriza-se como relevante por desenvolver um estudo sobre transparência, accountability e governança pública que são temáticas de grande notoriedade no Brasil e no mundo, as quais contribuem para superar e mitigar os impactos e as reincidências de déficits democráticos, regresso na condição do bem estar social, crises econômicas, aumento da desempregabilidade, diminuição da confiabilidade nos organismos públicos e em seus administradores e consecutivos casos de corrupção (Martins et al., 2018).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Governança Pública

O conceito de governança pública é bastante polissêmico, dessa maneira para o conhecimento e aplicação dessa área de estudo faz-se necessária a sua íntegra compreensão, para tanto o Tribunal de Contas da União (TCU, 2021) e Brasil (2017) conceituam-na como um processo que abrange fundamentalmente procedimentos de liderança, com mecanismos que garantam a promoção do exercício da governança, estratégia, que abrange o direcionamento para o alcance dos objetivos estratégicos, e controle, que compreende tópicos de transparência, accountability e auditoria, empregados para avaliar, direcionar e monitorar se os bens e as competências concedidas aos administradores públicos estão sendo conduzidas por meio de procedimentos estratégicos.

Conforme Lynn e Malinowska (2018), a governança pública é uma área do conhecimento que possui característica interdisciplinar com interesse particular nas relações de poder entre o tecido social, as instâncias governamentais e o mercado, em uma conjuntura de modificação nas práticas das autoridades políticas governarem e atuarem concretamente. Em concordância, Paines, Aguiar e Pinto (2018) afirmam que a governança pública é constituída por instrumentos que auxiliam o amadurecimento de uma cultura gerencial, norteadas pelos seguintes preceitos: eficiência, transparência e prestação de contas aos usuários.

No quadro 01, tem-se os princípios da governança pública, em conformidade com o Decreto nº 9.203 de 2017, tais princípios representam valores e preceitos que servem de alicerce para o tema proposto nesta pesquisa e possibilitarão maior aplicabilidade da governança no ambiente operacional das atividades da Administração pública.

Princípio	Conceito	Referência
Capacidade de resposta	Caracteriza-se pela habilidade de reagir de maneira eficaz e eficiente às carências das partes interessadas.	(ONU, 2015)
Integridade	Diz respeito à adoção de valores, princípios e normas, e possui três pilares essenciais: aplicação de sistemas de integridade, promoção de uma cultura organizacional íntegra e viabilização da prestação de contas, responsabilização e transparência.	(OECD, 2017;2022)
	Retrata a diminuição das incertezas para a população no	

Confiabilidade	âmbito econômico, político e social.	(OECD, 2017)
Melhoria regulatória	Relaciona-se com os esforços que são empregados para o estímulo da melhoria da regulamentação.	(TRIGO, 2018)
Prestação de contas	Relação indispensável entre os recursos públicos, decisões governamentais, condutas e competências e seus respectivos autores	(CIG, 2018)
Transparência	Comprometimento da administração pública com a disseminação das suas atividades, fornecendo dados fidedignos, materiais e tempestivos à população.	(CIG, 2018)

Quadro 1 - Princípios da Governança

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ainda, de acordo com o International Federation of Accountants (IFAC) e o Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA) (2014), quadro 02, são estabelecidos os seguintes princípios que regem a governança pública:

Princípio	Conceito
Integridade	Refere-se a observância de valores morais, os quais necessitam ser comunicados, compreendidos e compartilhados e devem ser postos com objetividade, altruísmo e honestidade.
Abertura e o envolvimento abrangente das partes interessadas	Ferramenta que possibilita mostrar que os administradores estão agindo conforme os interesses públicos, uma vez que demonstra as decisões, ações, planos, uso de recursos, previsões e os resultados obtidos e o envolvimento das partes relacionadas não é do que a participação dos cidadãos, usuários dos serviços e demais interessados institucionais nos processos decisórios.
Sustentabilidade econômica, social e ambiental	Demonstra que as ações executadas pela administração pública devem ter como pilar basilar a sustentabilidade, tendo em vista a finitude dos recursos disponíveis.
Otimização da obtenção dos recursos	Preza pela otimização da obtenção do arranjo correto para medidas de intervenção legais, regulatórias e práticas para alcance dos resultados traçados.
Desenvolvimento da capacidade de liderança e dos indivíduos da entidade	Afirma que o corpo diretivo tem a prerrogativa de garantir que ele está apto para gerir seu próprio mandato, exercendo a plena liderança, e contribuir para a capacitação das habilidades, qualificações e mentalidade dos funcionários.
Gerenciamento de riscos e desempenho	Preza pela implementação de um sistema de gestão, o qual possua controle interno e de riscos, que favoreça com eficiência e eficácia a disponibilização dos serviços públicos planejados.

Boas práticas de transparência, relatórios e auditoria	Evidencia a necessidade de realização da auditoria interna e externa para a contribuição do processo de prestação de contas.
--	--

Quadro 2 - Princípios da Governança

Fonte: Elaboração própria (2023).

Após dito os princípios, cabe-se salientar quais as diretrizes que possibilitarão traçar caminhos e estratégias para o alcance da boa governança pública, uma vez que essa é um direito da população (Carmo, 2020). Assim, podemos destacar as seguintes diretrizes (BRASIL, 2017):

- a) Apontar medidas tempestivas e inovadoras para enfrentar a restrição de recurso e que resultem no bem-estar social;
- b) Propiciar descomplicação administrativa, atualização da gestão pública e a interrelação dos serviços públicos;
- c) Acompanhar e avaliar a efetividade das políticas públicas;
- d) Instigar a relação entre as instituições e aperfeiçoar a integração entre distintas categorias e esferas do setor público;
- e) Articular as ações dos agentes governamentais para que estas sejam condizentes com as atribuições e funções da entidade;
- f) Efetivação de controles internos e gestão de risco; apreciar as sugestões de criação, expansão, aperfeiçoamento das políticas públicas e incentivos fiscais;
- g) Orientar o processo decisório em conformidade com a legalidade, qualidade regulatória, desburocratização e envolvimento do tecido social;
- h) Estabelecer as atribuições de cada componente institucional e promover o fortalecimento do acesso à informação por parte dos indivíduos.

O conceito, os princípios e as diretrizes da governança pública constituem a política de governança da administração pública, a qual institui-se com a finalidade de fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas, e assim preservar a legitimidade da atuação pública, promover iniciativas de aperfeiçoamento institucional, observando a coordenação e a coerência do modelo de governança, e delimitar níveis mínimos de governança, considerando a estrutura do órgão e a sua maturidade institucional (CASA CIVIL, 2018)

2.2 Práticas de Governança Pública e seus Impactos na Administração Pública

No tocante às boas práticas para o exercício governança pública, o artigo 5 do decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, versa acerca dos mecanismos a serem adotados para a concretização de tais ações, as quais são: liderança, engloba um arcabouço de técnicas de caráter humano realizada nos principais cargos das entidades; estratégia, refere-se ao estabelecimento de diretrizes, metas e programas de ações, e controle que diz respeito ao estabelecimento de processos que objetivem a mitigação de riscos e a preservação dos princípios da legalidade e da economia dos numerários públicos.

Objetivando a ampliação da utilização das técnicas da boa governança pública o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do referencial básico de governança organizacional para as organizações públicas e outros entes jurisdicionados pelo TCU elencou as principais práticas que devem ser postas em consumação para a potencialização dos resultados obtidos pelas entidades governamentais, tais práticas dividem-se por mecanismos, dessa forma temos que para o de liderança - que segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) é componente fulcral para a promoção da boa governança pública - :

- a) Estabelecer o modelo de governança: resume-se à delimitação do arcabouço de diretrizes (expostas no capítulo 2.1 desta revisão da literatura), princípios, processos e estrutura imprescindível à boa governança de acordo com a dimensão, heterogeneidade e o nível de risco da entidade.
- b) Promover a integridade: o Institute of Internal Auditors (IIA, 2019b) trata a integridade como um dos essenciais princípios que subsidiam o produto das organizações públicas, que é o interesse dos cidadãos.
- c) Promover a capacidade de liderança: conceitua que para alcançar as metas pretendidas é essencial mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes de liderança dos indivíduos em cargos de gestão visando a maximização dos resultados.

Além disso, no que se refere ao mecanismo da estratégia, a qual segundo Chiavenato (2004) é conceituada como os procedimentos que são postos em prática pela organização pretendendo-se gerenciar circunstâncias problemáticas inerentes às atividades operacionais da entidade, para tanto elencou as seguintes práticas auxiliaadoras (TCU, pág. 52, 2020):

- a) Gerir riscos: objetivando conhecer e compreender os riscos envolvidos nos processos operacionais da entidade e nutrir as instancias tomadoras de decisão para que possam tomar providencias cabíveis.
- b) Estabelecer a estratégia: consiste nas escolhas e prioridades a partir da conjectura a qual a organização está inserida.
- c) Promover a gestão estratégica: trata-se da ramificação da estratégia, que a partir do monitoramento da estratégia adotada, realiza-se oportunas alterações no planejamento da instituição.
- d) Monitorar os resultados: verificação dos produtos obtidos para a constatação de que os resultados estão de acordo com as prioridades e objetivos estabelecidos.
- e) Monitorar o desempenho das funções de gestão: está prática está relacionada diretamente com o ponto imediatamente anterior, dado que a avaliação e monitorização das atribuições de cargos de gestão presume que os indicadores, metas e objetivos do ente estejam definidos e nivelados com a estratégia organizacional e seus resultados organizacionais.

No que toca o mecanismo de controle, o qual segundo o documento elaborado pelo TCU (pág. 52, 2020) refere-se as ações que têm a capacidade de possibilitar o controle do ente público pelas partes interessadas, instigando o comprometimento das organizações e a responsabilização por seus atos. Dessa maneira, temos as seguintes práticas:

- a) Promover a transparência: a Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei 12.527/2011) normatizou tal direito constitucional, forçando os entes federativos a seguirem procedimentos para assegurar esse direito aos cidadãos
- b) Garantir a acconuntability: a garantia dessa prática está bastante relacionada com a transparência. Entretanto, foram abordadas separadamente, objetivando evidenciar que somente a transparência não assegura a acconuntability, haja vista que está última faz-se necessário que os gestores demonstrem a forma de utilização dos recursos públicos, e que os processos geridos certifiquem que eles arquem com as consequências de suas ações.
- c) Avaliar a satisfação das partes interessadas: consiste no monitoramento e avaliação da percepção da população para com a Administração Pública.
- d) Assegurar a efetividade da auditoria interna: prática a qual proporciona o aumento e a proteção do valor institucional da Administração Pública.

A contabilidade como uma ciência social aplicada capta e remete a conjectura política, jurídica e econômica do ambiente ao qual ela encontra-se inserida (Costa; Fonseca, 2019). Dessa maneira, considerando cada vez mais a proeminência do destaque da necessidade da aplicação de processos que fortaleçam a liderança, o planejamento estratégico e o controle em suas mais diversas áreas, demonstrando assim que o que se necessita é de uma boa governança. Assim, é de se esperar que a

contabilidade, posta em tal contexto, propicie um arcabouço teórico e prático para contribuir com a governança pública.

Tem-se que a contabilidade é um mecanismo de notória relevância para os administradores públicos, principalmente no que se refere a tomada de decisão, controle financeiro e gestão patrimonial (Abraham, 2017) . Para isso, a contabilidade pública desfruta de normas emitidas pelo órgão regulador e também da legislação vigente, como ocorre no caso da lei 4.320 de 17 de março de 1964, lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, o International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs), para estabelecer as ações e os tratamentos devidos para os fatos e atos contábeis ocorridos.

No que se refere a governança pública, mais especificadamente o mecanismo de controle, este pressupõe o dever de garantir a transparência e a acconuntability, garantindo assim a efetiva prestação de contas e a adequada responsabilização dos atos praticados pelos gestores públicos. Sendo assim tem-se os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) que propiciam a prestação de contas e responsabilização (acconuntability), e, também, contribuem para a tomada de decisão. Temos como exemplo dos dados fornecidos pelos RCPGs os custos, disponibilidade de caixa que darão suporte as atividades futuras e fontes de recuperação de custos (CFC, 2016). Dessa forma, é vista, resumidamente, a relação entre a governança no setor público e a contabilidade.

2.3 Estudos Correlatos

O tema governança pública atrelado ao meio institucional cresce de forma proeminente. Dessa maneira, é fulcral demonstrar quais vertentes estão sendo estudadas, metodologias adotadas e quais resultados foram alcançadas. Para tanto temos os seguintes estudos realizados: Santos e Souza (2022), o objetivo traçado consistiu-se em analisar os padrões e elementos básicos da governança nas Universidades Públicas Federais, como também os resultados apresentados no índice de governança pública. Para esse fim, a metodologia constituiu-se pela abordagem quanti-qualitativa e foi fundamentada pela pesquisa bibliográfica e documental. Além do mais, a classificação dos dados efetivou-se a partir da análise de conteúdo e, além disso, da estatística descritiva. Como produto, tem-se que as Universidades Públicas Federais demonstram resultados insatisfatórios na avaliação do índice de governança.

Oliveira et al (2022), estabeleceram uma pesquisa com o intuito de analisar as relações entre a governança pública nas universidades federais e os seus desempenhos acadêmicos, medidos pelo aumento das taxas de sucesso na graduação. Para tal, foram utilizadas as técnicas metodológicas de correlação linear e diagrama de dispersão, regressão múltipla por mínimos quadrados, regressão quantílica e pareamento por score de propensão, a base de dados utilizada é do tribunal de contas da união. Para esta pesquisa os resultados apontam que não foi constatado relação direta entre o índice de boas práticas de governança do TCU e o desempenho acadêmico das instituições, haja vista a necessidade de adequar os instrumentos utilizados para a conjectura das universidades federais brasileiras.

Lugoboni e Marques (2022) formularam um estudo para compreender de que maneira as práticas de governança pública poderiam influenciar na instrumentalização das ações de sustentabilidade promovidas pelas universidades. Desta maneira, utilizaram-se de entrevistas com as unidades administrativas e unidades universitárias, aplicando procedimentos de estudo de caso, com viés de pesquisa exploratória e com característica qualitativa. Como resultado fim, concluíram que embora se tenha uma relação tênue entre sustentabilidade e governança tal relação está mais expressa em documentos do que na rotina das unidades administrativas.

Freire, Conejero e Parente (2021) concretizaram um estudo com o propósito de demonstrar como as influências dos stakeholders se manifestam na priorização das suas

necessidades pelos administradores das Instituições Públicas de Ensino Superior, como também a participação destes nas estruturas de governança e o no processo de tomadas de decisão. Para tal finalidade foi realizado o estudo de caso por meio da aplicação de questionários, pesquisas documentais e observação participante e como resultado foi possível demonstrar que as colocações dos stakeholders internos prevalecem nas instancias deliberativas e por consequência pode-se afirmar que as práticas de governança são postas em prática com o mesmo preceito.

Em conclusão cabe-se destacar a diferenciação entre os estudos supracitados e o intuito desta pesquisa, tal distinção se dá pelo motivo de que o objetivo aqui exposto versa sobre identificar qual a correlação e o impacto proporcionado pela contabilidade, no âmbito da gestão orçamentária por meio de processos como elaboração anual da proposta orçamentária, construção de indicadores para gerenciar processos orçamentários, alinhamento entre planejamento e execução, atendimento a prioridades orçamentárias dentre outros, para com o índice de governança pública das Instituições Públicas de Ensino Superior.

3 METODOLOGIA

Este estudo, no que se refere ao tipo de pesquisa, apresenta-se como quantitativo, tendo em vista possuir uma natureza de pesquisa que opera sobre uma problemática de cunho social ou humano e é constituído por variáveis evidenciadas em valores numéricos, as quais serão analisadas de forma estatística (KNECHTEL, 2014). Quanto aos objetivos caracteriza-se como descritivo, uma vez que descreve os eventos ou episódios de estudo e constrói relações entre suas variáveis (GIL, 2008). No que tange os procedimentos, consiste em uma pesquisa de levantamento, o qual, de acordo com Cajueiro (2015), caracteriza-se como um instrumento de coleta direta das pessoas as quais deseja-se obter informações, conhecendo assim o problema estudado para posteriormente realizar análises quantitativas e obter conclusões referentes aos dados coletados.

No corrente estudo, entende-se por população por todas as 63 instituições públicas de ensino federais jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas da União, pertencentes a área temática de instituição de ensino e vinculadas a administração indireta com natureza jurídica autárquica e fundacional, as quais responderam ao questionário no exercício de 2021, pelo respectivo órgão jurisdicionador, em cumprimento ao Plano Estratégico (PET) 2019 - 2025, o qual possui um conglomerado de objetivos estratégicos cujo monitoramento acontecerá por meio dos índices de governança pública e gestão, objetivando analisar o perfil integrado de Governança Organizacional e Gestão pública e, dessa maneira compreender pormenorizadamente a conjectura da governança na administração pública e ,também, promover a utilização de boas práticas propostas.

Tem-se a tabela 1 onde demonstra-se as 63 Universidades Públicas Federais respondentes e os seus respectivos resultados para o índice de governança de tecnologia da informação, contratações, orçamentária e pública, respectivamente:

Tabela 1

Índices obtidos a partir do questionário do TCU

Universidade	GovernancaTI	GovernancaContrat	GovernancaOrcament	iGovPub
Fundação Universidade Federal do Vale do SãoFrancisco	27,37%	33,94%	44,54%	54,30%

Universidade Federal de Alagoas	43,07%	23,12%	50,48%	33,91%
Universidade Federal da Bahia	47,77%	55,88%	52,92%	64,72%
Universidade Federal do Ceará	58,12%	100,00%	100,00%	81,31%
Universidade Federal do Espírito Santo	47,39%	90,25%	89,83%	55,96%
Universidade Federal de Goiás	91,85%	53,33%	43,92%	74,68%
Universidade Federal Fluminense	34,72%	47,85%	15,00%	56,17%
Universidade Federal de Juiz de Fora	41,57%	55,88%	52,92%	42,74%
Universidade Federal de Minas Gerais	48,75%	19,02%	72,27%	49,58%
Universidade Federal do Pará	66,17%	67,36%	79,65%	82,49%
Universidade Federal da Paraíba	43,85%	50,00%	59,31%	60,97%
Universidade Federal do Paraná	48,77%	31,15%	89,83%	62,90%
Universidade Federal de Pernambuco	71,07%	90,25%	100,00%	78,78%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	78,97%	100,00%	85,23%	95,84%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	46,45%	23,12%	24,12%	50,69%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	9,58%	90,25%	100,00%	59,60%
Universidade Federal de Santa Catarina	62,25%	77,11%	100,00%	63,56%
Universidade Federal de Santa Maria	52,96%	51,03%	79,65%	66,24%
Universidade Federal Rural de Pernambuco	66,09%	80,29%	100,00%	74,65%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	42,59%	15,00%	15,00%	43,56%
Universidade Federal de Roraima	73,77%	54,42%	59,31%	72,13%
Fundação Universidade Federal do Tocantins	42,10%	64,83%	92,62%	53,90%
Universidade Federal de Campina Grande	36,18%	20,41%	15,00%	31,27%
Universidade Federal Rural da Amazônia	58,85%	73,04%	89,83%	80,00%
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	54,17%	41,28%	37,15%	69,45%
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	84,38%	100,00%	100,00%	80,47%
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	40,31%	52,37%	43,92%	58,75%
Universidade Federal de Alfenas	22,53%	52,37%	100,00%	60,26%
Universidade Federal de Itajubá	97,87%	28,53%	100,00%	95,34%
Universidade Federal de São Paulo	61,63%	47,85%	89,83%	80,38%

XVIII Congresso Internacional de Custos – XXX Congresso Brasileiro de Custos
Natal, RN, Brasil, 15 a 17 de novembro de 2023

Universidade Federal de Lavras	97,87%	100,00%	100,00%	94,93%
Universidade Federal Rural do Semiárido	22,65%	34,50%	0,00%	43,37%
Fundação Universidade Federal do Pampa	20,01%	6,88%	15,00%	35,40%
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	33,52%	34,40%	35,54%	42,21%
Fundação Universidade Federal de Rondônia	38,92%	41,28%	59,31%	35,53%
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	45,84%	15,00%	44,54%	55,15%
Fundação Universidade do Amazonas	33,74%	8,12%	33,24%	49,26%
Fundação Universidade de Brasília	89,15%	100,00%	100,00%	91,37%
Fundação Universidade Federal do Maranhão	37,33%	15,00%	15,00%	32,68%
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	37,48%	100,00%	100,00%	67,72%
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	60,16%	67,36%	36,69%	62,30%
Fundação Universidade Federal do Acre	36,82%	15,00%	100,00%	46,45%
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	50,21%	43,28%	52,92%	58,22%
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	56,12%	70,54%	92,62%	73,65%
Universidade Federal de Pelotas	44,95%	32,54%	57,68%	51,08%
Fundação Universidade Federal do Piauí	26,32%	47,85%	44,54%	51,97%
Fundação Universidade Federal de São Carlos	50,91%	36,56%	35,54%	51,49%
Fundação Universidade Federal de Sergipe	75,41%	25,82%	100,00%	67,86%
Fundação Universidade Federal de Viçosa	89,30%	100,00%	100,00%	92,29%
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	60,65%	100,00%	100,00%	93,69%
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	53,50%	15,00%	15,00%	51,59%
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	41,32%	77,11%	82,44%	59,71%
Fundação Universidade Federal do Amapá	56,62%	70,24%	50,00%	47,08%
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	23,01%	13,53%	27,53%	48,47%

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	14,13%	2,71%	13,90%	35,41%
Fundação Universidade Federal do ABC	28,18%	28,53%	100,00%	56,13%
Universidade Federal da Fronteira Sul	23,58%	31,15%	100,00%	61,26%
Universidade Federal do Oeste do Pará	78,40%	100,00%	100,00%	76,43%
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	23,29%	16,23%	24,12%	27,73%
Universidade Federal do Oeste da Bahia	65,42%	35,16%	71,87%	70,29%
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	61,62%	31,15%	75,06%	59,58%
Universidade Federal do Cariri	61,66%	27,13%	56,11%	57,26%
Universidade Federal do Sul da Bahia	38,42%	8,12%	21,08%	43,65%

Fonte: Elaboração própria (2023).

No tocante ao instrumento de pesquisa, utilizou-se das respostas obtidas por meio do questionário, disponível em: <https://bit.ly/httpLevantamentoIndicedeGovernancaeGestao2021>, elaborado e aplicado pelo TCU, referente ao ano de 2021 nos órgãos da Administração Pública, o qual possui 114 questões agrupadas pelos temas de liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, gestão de tecnologia e da segurança da informação, gestão de contratações e gestão orçamentária, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Tais temas foram apresentados em seis perfis de governança: a) Perfil de integrado de governança e gestão; b) Perfil de governança e gestão organizacional; c) Perfil de governança e gestão de pessoas; d) Perfil de governança e gestão de Segurança e da Tecnologia da Informação; e) Perfil de governança e gestão de contratações; e f) Perfil de governança e gestão orçamentárias.

A disseminação dos resultados do questionário aplicado categorizou-se em níveis de capacidade, a partir do índice de governança e gestão, como inexpressivo (0 a 14,99%), iniciando (15 a 39,99%), intermediário (40 a 70%) e aprimorado (70,01 a 100%). Outrossim, o questionário emprega o método CSA (Control Self-assessment ou autoavaliação de controles), que é uma metodologia empregada para análise e averiguação das fundamentais metas da organização e dos riscos inerentes aos processos realizados para alcançar os propósitos almejados e dos controles internos implementados (Febraban, 2004).

Ademais, de acordo com Gil (2011), o questionário pode ser conceituado como um procedimento de observação formado por um determinado quantitativo de questões evidenciadas de maneira escrita para os respondentes, que postas de maneira ordenada possibilitarão promover informações as quais tornar-se-ão em conhecimento, possuindo a finalidade de conhecer detalhadamente o grupo de indivíduos estudado.

Para a análise e tabulação dos dados foi empregado o software R, utilizando-se da estatística inferencial descritiva, tendo assim um panorama global dos dados estudados, em seguida empregou-se o método estatístico denominado coeficiente de correlação Spearman (ρ) para constatar o sentido e a força da correlação. Também,

aplicou-se a regressão linear simples, constituído da equação $Y = a + bX + e$, para medir o grau de influência dos resultados encontrados, mensurando qual o impacto da adoção de boas práticas contábeis, mensuradas por meio do índice de governança orçamentária, das universidades públicas federais, para com o índice de governança pública estabelecendo assim uma relação de causa e efeito.

Tendo em vista a regressão linear simples, temos como modelo econométrico para o presente estudo a seguinte equação:

$$iGovPub = \alpha + \beta_1 GovernancaOrcament + \epsilon$$

Onde:

- α é a constante da função;
- β_1 é o coeficiente estimado da regressão;
- ϵ é o fator de erro da regressão;

Para as análises estatísticas supracitadas temos as seguintes variáveis, explanadas no quadro 3, elencando o nome, tipo e objetivo para auxiliar na compreensão dos dados obtidos.

Variável	Tipo	Mensuração
Índice de governança pública (iGovPub)	Dependente	Ações avaliadas no tema de governança pública organizacional, agregando indicadores das capacidades de liderança, estratégia e controle.
Índice de governança orçamentária (GovernancaOrcament)	Independente	Capacidade de propor instrumentos de planejamento condizentes com a conjectura do órgão, monitoramento da execução orçamentária e apriorização de demandas essenciais.
Índice de governança em Tecnologia da informação (GovernancaTI)	Controle	Habilidade de desenvolver uma estrutura de TI, gerenciamento de riscos e proteção de dados.
Índice de governança das contratações (GovernancaContrat)	Controle	Competência de realizar contratações íntegras, o nível de planejamento das contratações e gerenciamento de riscos.

Quadro 3 - Descrição das variáveis

Fonte: Elaboração própria (2023).

A variável independente (GovernancaOrcament) coaduna a capacidade de estabelecer o processo orçamentário organizacional envolvendo o processo da proposta anual para o orçamento, indicadores orçamentários, alinhamento do orçamento com o planejamento estratégico, estabelecimentos de metas de economia financeira, adequação dos recursos orçamentários no PLOA e contemplar as prioridades orçamentárias corretamente referindo-se à priorização de demandas conhecidas e avaliação das políticas públicas executadas pela organização. No que se refere à variável dependente índice de governança pública (iGovPub), temos que esta corresponde às ações avaliadas no tema de governança pública organizacional, contemplando indicadores das capacidades de liderança, estratégia e controle.

Tendo em vista que não somente variáveis supracitadas impactam o índice de governança pública (iGovPub) e também objetivando diminuir o fator de erro da regressão linear simples, foram incluídas duas variáveis de controle, evidenciadas no quadro 3, as quais são: índice de governança em Tecnologia da informação (GovernancaTI) constituído por planejamento de tecnologia da informação, gerenciamento de serviços, nível de serviço e riscos de tecnologia da informação, definição de políticas de responsabilidades para a gestão da segurança da informação e estabelecer atividades para a gestão da segurança da informação e o índice de governança das contratações (GovernancaContrat) fundamentado nos aspectos da promoção da integridade na área de contratações, desenvolver a capacidade da área de contratações, realizar planejamento das contratações, estabelecer processos de trabalho de contratações, gerir riscos em contratações, contratar e gerir com base em desempenho e realizar contratações sustentáveis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que se refere à análise estatística inferencial descritiva para a variável dependente, observada na Tabela 2, pode-se constatar que o iGovPub médio para o banco de dados analisado é de 0,607, para um valor mínimo de 0,277 e um máximo correspondente a 0,958. Inobstante, vê-se que em relação a variável independente GovernancaOrcament temos um valor médio de 0,642, para um valor mínimo 0,000 e um máximo de 1,0.

Oportunamente, é imprescindível analisar juntamente com as respectivas médias das variáveis estudadas o desvio padrão de cada uma, tendo assim a possibilidade de averiguar o grau de dispersão dos conjuntos de dados, dito isso temos que para o iGovPub dispomos de um valor de aproximadamente 0,173 e para o GovernancaOrcament um resultado de 0,320.

Tabela 2

Estatística descritiva

	Média	Desv. Padrão	Mínimo	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	Máximo
iGovPub	0,607	0,173	0,277	0,494	0,596	0,729	0,958
GovernancaOrcament	0,642	0,320	0,000	0,369	0,593	1,000	1,000
GovernancaTI	0,504	0,208	0,096	0,371	0,478	0,616	0,979
GovernancaContrat	0,498	0,301	0,027	0,265	0,478	0,718	1,000

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

No que tange ao teste de correlação de Spearman (ρ), executado objetivando averiguar as relações entre a variável dependente e independente, calculou-se a matriz de correlação, como pode ser constatado na Tabela 3, com o intuito de identificar o sentido da correlação e a força, na qual é possível identificar que todas as variáveis são positivamente correlacionadas entre si, apesar disso, tais coeficientes de correlação não podem ser interpretados como constatação da correlação causal, dado que demonstram somente o sinal e intensidade da associação linear entre as variáveis.

Tabela 3
Matriz de correlações de Spearman

	iGovPub	GovernancaTI	GovernancaOrcament	GovernancaContrat
iGovPub	1			
GovernancaTI	0,76	1		
GovernancaOrcament	0,70	0,46	1	
GovernancaContrat	0,71	0,51	0,63	1

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

Ademais, no supramencionado teste entre a variável dependente iGovPub e a independente GovernancaOrcament, temos a seguinte HO: o coeficiente de correlação é igual a zero, isto é, não existe correlação. No presente estudo, como dito antes, obteve-se uma relação positiva e com intensidade forte, considerando a escala construída pelo estudioso Cohen (1992), ou seja, quando uma variável aumenta, a outra – por conseguinte – aumenta também ($\rho = 0,70$, $p < 0,05$).

Acentua-se que, de acordo com a tabela 3, é visto a existência de correlação entre as variáveis independentes, desta maneira, averiguou-se a chance de haver multicolinearidade entre tais variáveis, o que prejudicaria o modelo de regressão linear simples afetando assim a qualidade dos resultados e problematizaria a interpretação dos mesmos. Para isso, foi realizado o teste do fator de inflação da variável (VIF), nos quais os resultados são apresentados na tabela 4, onde pode-se verificar a ausência de multicolinearidade considerando que os valores apresentados variam entre 1 e 2:

Tabela 4
Testes de multicolinearidade

	GovernancaOrcament	GovernancaTI	GovernancaContrat
VIF	1.83	1.39	1.94

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

No que se refere a regressão linear simples, esta, de modo amplo, preocupa-se com o estudo da sujeição de uma variável dependente em relação a uma outra independente com o intuito de adquirir informações sobre o fato analisado (Gujarati;Porter, 2008) . Dessa forma, o presente estudo empenhou-se em analisar qual a relação de dependência existente entre as variáveis iGovPub e GovernancaOrcament. Outrossim, previamente à construção do modelo de regressão foi analisado os pressupostos para que pudesse-se ratificar os resultados encontrados. O primeiro pressuposto é o da normalidade dos resíduos que pode ser analisado na figura 1:

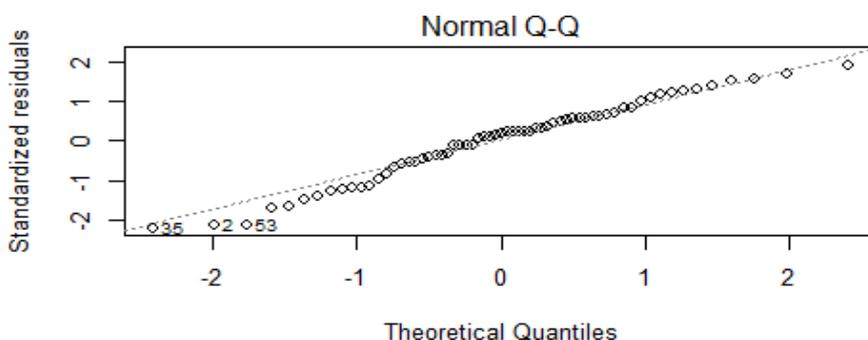


Figura 1 - Gráfico quantil-quantil

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

A partir da figura acima exposta, podemos deduzir a disposição normais dos resíduos considerando que os pontos evidenciados no eixo Y - resíduos padronizados - e no eixo X - valores teóricos - tendem a estar localizados sobre a reta, o que demonstra que a média, moda e mediana dos resíduos tem o mesmo valor. Não somente, tendo em vista que a figura 1 nos demonstra a normalidade apenas de forma visual e, portanto, não nos possibilita uma conclusão hermética, foi aplicado o teste de Jarque -bera para os resíduos da regressão, o qual possui a HO de que esses seguem uma distribuição normal, para o referido teste temos como conclusão não rejeição da HO tendo em vista um p-value de 0,332 ($p > 0,05$).

Como pressuposto de número dois temos que a variância dos resíduos deve ser constante, para tal finalidade realizou-se a análise da homoscedasticidade por meio do teste Breusch-Pagan que possui a HO de que os dados são homoscedasticos e desta forma indica que os valores dos resíduos propendem a estarem próximos da média, ou seja, os dados possuem baixa dispersão. Diante do teste Breusch-Pagan resultou-se na rejeição da HO com um p-value de 0,919 ($p > 0,05$). Além disso, para possibilitar também uma análise visual é demonstrada a figura 2, posta a seguir, que evidencia os resíduos pelos valores ajustados:

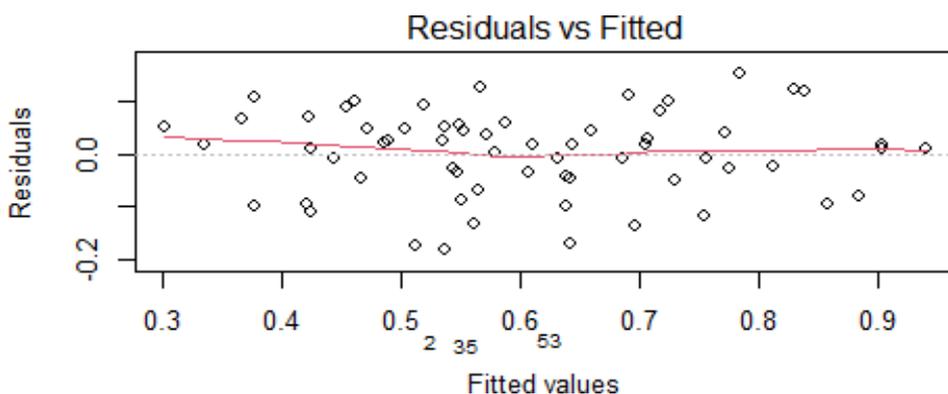


Figura 2 - Residuals vs Fitted

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

Por fim, temos o pressuposto da independência entre os resíduos, existindo assim a necessidade de os erros do modelo precisarem ser aleatórios e não-correlacionados, de ante disso consumou-se o teste de Breush-Godfrey que tem a HO de que não há correlação serial entre os resíduos, perante um p-value de 0,673 ($p > 0,05$) pode-se afirmar a não rejeição da hipótese nula e assim ratificar, que para o modelo construído por esta pesquisa, um erro não possui interferência no outro. Considerando que os resíduos são normais, homoscedasticos e não-correlacionados executou-se o comando da regressão linear simples, no qual o resultado pode ser observado na tabela 5:

Tabela 5

Resumo da regressão linear simples

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	0.2176	0.0293	7.42	0.00000000053 ***
GovernancaOrcament	0.1550	0.0443	3.50	0.0009 ***
GovernancaTI	0.4217	0.0594	7.10	0.00000000181 ***
GovernancaContrat	0.1555	0.0484	3.21	0.0021 **

Medidas de qualidade	R ²	Adjusted R-squared	F-statistic
	0.785	0.774	71.8

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

Considerando a tabela 5, ao analisar o teste t (t value) o qual tem como HO que o coeficiente de estimação é igual a zero ($p > 0,05$), ou seja, a variável independente não possui impacto sobre a variável dependente, todavia é demonstrado por meio do método estatístico um p-value inferior a 0,05 o que denota que a variável independente, como também as de controle possui coeficiente de estimação diferente de zero e, portanto, possuem impacto na variável dependente (iGovPub) do modelo estudado, à vista disso podemos inferir que o valor médio do iGovPub aumenta 0,1550 pontos tendo em vista um crescimento médio de 1 ponto no GovernancaOrcament.

Ao analisar o R-squared podemos deduzir que o índice de governança orçamentária (GovernancaOrcament) explica 78,5% do índice de governança pública (iGovPub). No que toca a análise do F-statistic, para este, dispomos de uma HO de que o modelo criado prevê igualmente ao modelo nulo. Partindo de um p value ($p < 0,05$) para o F-statistic, aponta-se que rejeitamos a HO, o que implica na ocorrência da diferença entre o modelo alcançado e o modelo nulo, sendo assim o modelo construído por este estudo prevê o índice de governança orçamentária de forma mais assertiva do que sem predictor nenhum. Para síntese do modelo de regressão linear simples para os dados analisados tem-se a figura 3:

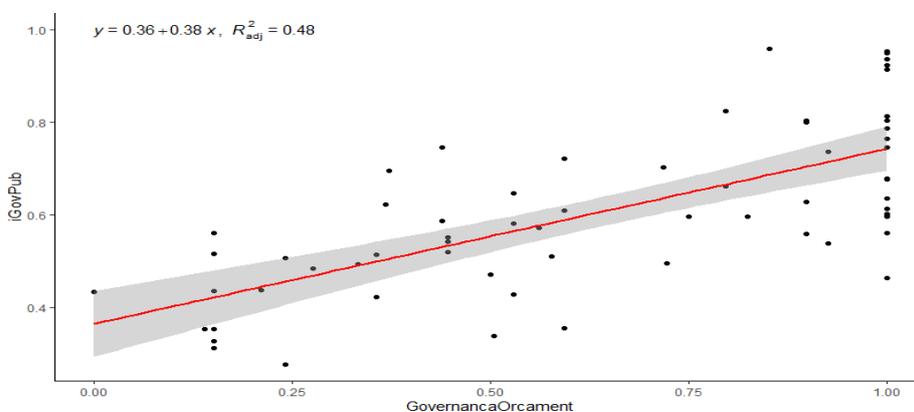


Figura 3 - Gráfico de dispersão com a equação da reta

Fonte: Elaboração a partir do software R (2023).

Em conclusão, temos que a figura 3 nos entrega, de forma ilustrativa, a dispersão dos dados e a equação da reta possibilitando mensurar a previsão do índice de governança pública tendo em vista o valor do índice de governança orçamentária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo teve-se como objetivo identificar qual a sujeição do índice de governança pública (iGovPub) perante boas práticas contábeis consolidadas e mensuradas por meio do índice de governança orçamentária (GovernancaOrcament)

para esta finalidade desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa onde analisou-se a descritiva dos dados estudados, tendo assim um conhecimento ampliado do conjunto de dados e suas variáveis, a posteriori observou-se o sentido e a força da correlação entre as variáveis considerando a correlação de Spearman e, também, a causalidade existente entre a variável dependente - índice de governança pública - e a independente -índice de governança orçamentária - por meio da regressão linear simples.

Como produto das análises estatísticas, constatou-se uma relação positiva e com intensidade forte entre a variável Índice de governança pública (iGovPub) e índice de governança orçamentária (GovernancaOrcament) evidenciando, portanto, que as duas estão diretamente relacionadas, ou seja, o crescimento positivo de uma variável implica no crescimento da outra no mesmo sentido ($\rho = 0,70$, $p < 0,05$).

No que concerne, a regressão linear simples, consagrou-se que a variável independente GovernancaOrcament é estatisticamente significativa para explicar a variável dependente iGovPub, dessa maneira, a partir da análise da regressão, estimou-se que o valor médio da variável iGovPub aumenta 0,1550 pontos tendo em vista um crescimento médio de 1 ponto para a GovernancaOrcament. Não somente, levando em consideração a interpretação do R-squared constata-se que o índice de governança orçamentária explica 78,5% do índice de governança pública.

Positivamente esta pesquisa instrui-se com o pressuposto de corroborar positivamente, do ponto de vista prático, com a compreensão e mensuração da importância da contabilidade, especialmente na administração pública, para a promoção de uma governança pública eficiente consagrando bons mecanismos de direcionamento, monitoramento e avaliação dos processos estipulados. Juntamente, na perspectiva acadêmica, este estudo empenhou-se em desenvolver uma análise que pudesse contribuir com as pesquisas referentes à transparência, accountability e governança pública temas os quais possuem impacto direto sobre a qualidade dos serviços públicos e – por conseguinte- da efetividade das ações realizadas.

Como sugestão para futuros trabalhos, tendo em vista a utilização do banco de dados referentes ao ano de 2021, visto que a atualização da base de dados ainda não consta como disponível no site do Tribunal de Contas da União, recomenda-se a utilização das respostas referentes ao exercício de 2022 para utilização da análise do impacto da contabilidade para a governança pública não apenas para as Universidades Públicas Federais, mas também para os demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Administração em todos os níveis federativos.

REFERÊNCIAS

- Abraham, M. (2017). Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Barret, P. (2002). Achieving better practice corporate governance in the public sector. Australian National Audit Office, v. 1, n. 1, p. 1-50.
- Belo, L. I. B. et al. (2002) Implicações da governança pública para a gestão da extensão universitária na Universidade Estadual da Paraíba.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

- Brasil. Decreto n.º 9.203, de 23 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20152018/2017/deceto/d9203.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.
- Brasil. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.
- Brasil. Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas - 2021. Brasília, DF: TCU, 2021b.
- Brasil. Relatório de Acompanhamento. Acórdão 2164/2021 - PLENÁRIO. Brasília, DF: TCU, 2021c.
- Cajueiro, R. L. P. (2015). Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carmo, R. C. (2020). Direito Fundamental à Boa Governança. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/artigo/direito-fundamental-a-boa-governanca/>.
- Costa, R. S. L. F., Fonseca, A. C. P. D. (2019). Características Culturais Brasileiras e as Normas Internacionais de Contabilidade: Possíveis Interações . Pensar Contábil, 21(76), 49- 58.
- Cohen, J. (1992). Statistical power analysis. Current directions in psychological science, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 1, n. 3, p. 98–101.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). Norma brasileira de Contabilidade, de 23 de setembro de 2016. Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf> .
- Chiavenato, Idalberto. (2004). Introdução à teoria geral da administração. RJ: Elsevier.
- Dez passos para a boa governança / Tribunal de Contas da União. (2021). 2ª ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado.
- Freire, B. D.; Conejero, M. A.; Parente, T. C. (2021). Saliência, influência e participação dos stakeholders nas estruturas de governança e no processo de tomada de decisão de instituições públicas de ensino superior. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, p. 251-275, 2021.
- Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2011). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Guia da Política de Governança Pública. (2018). Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.
- Gujarati, D.; Porter, D. (2008). Basic Econometrics. 5. ed. New York, McGraw-Hill/Irwin. 922 p. ISBN 978-0-07-337577-9.
- Iia. Institute of Internal Auditors. International Professional Practices Framework – IPPF. (2019b). Orientação Suplementar, guia prático: aspectos exclusivos da auditoria interna no setor público. Disponível em: <https://iibrasil.org.br/ippf/orientacoes-suplementares>.
- Knechtel, M. do R. (2014). Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes.

- Lugoboni, L. F.; Marques, M. (2022). GOVERNANÇA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Revista Gestão Organizacional, v. 15, n. 2, p. 64-83.
- Lynn, L. E. JR.; Malinowska, A. (2018) How are patterns of public governance changing in the US and the EU? It's complicated. Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice, v. 20, n. 1, p. 36-55.
- Marques, M. C. C. (2007). Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 2, p. 1-16, 2007.
- Marques, P. V. S. B. et al. (2020). Governança nas Universidades Federais do Brasil segundo o “Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública” do Tribunal de Contas da União. Revista Controle - Doutrina e Artigos, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 164-196. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7671512>. Acesso em: 29 maio 2023.
- Martins, S.; Teixeira, M. A. C.; Nebot, C. P.; López, M. A. P. (2018). Transparência, accountability e governança pública. Administração Pública e Gestão Social, v. 10, n. 4, p. 226-227.
- Matias-Pereira, J. (2010). Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (OCDE) (2018). Draft Policy Framework on Sound Public Governance. Versão preliminar. Disponível em: <https://www.oecd.org/governance/policy-framework-on-sound-public-governance/>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- Organization for Economic Cooperation and Development. (OCDE) (2017). Recommendation of the Council on Public Integrity. Paris: OECD.
- Oliveira, K. F.; Ettinger Oliveira Salgado, T.; Aschar, J.; Sarmiento Silva, R. (2022). Armadilhas na busca por causalidade entre governança e desempenho acadêmico nas universidades públicas brasileiras. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e68959, p. 1–26, 2022. DOI: 10.5902/2318133868959. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68959>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- Paines, A. T.; Aguiar, M. R. V.; Pinto, N. G. M. (2018). A governança no setor público segundo a Ifac: uma análise dos Institutos Federais da região Sul do Brasil. Nucleus, v. 15, n. 1, p. 351-366.
- Pasquali, J. C. et al. (2021). Governança Pública e Eficiência das Universidades Federais Brasileiras, sob a ótica da Teoria da Agência.
- Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas da União. (2020). 3ª ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração.
- Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. (2014). Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

- Sales, E. C. D. A. S. et al. (2020). Governança no setor público segundo a IFAC – estudo nas Universidades Federais Brasileiras. *Brazilian Journal of Business*, Curitiba, v. 2, n. 2, p.1477-1495. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJB/article/view/11505>. Acesso em: 29 maio 2023.
- Santos, D. J.; Souza, K. R. (2022). A governança nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1532–1557. DOI: 10.21723/riaee.v17i3.17085. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17085>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- Tribunal de Contas da União. (2023). Competências | Portal TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/competencias/#:~:text=Institucional>. Acesso em: 29 maio. 2023.
- Trigo, S. (2018). Mecanismos de melhoria da qualidade regulatória. FGV Energia, Caderno opinião, 2018.